

ENAF | Estratégia Nacional Antifraude

Contributos para uma revisão necessária

Ana Carla Almeida | 16 de maio de 2025



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



POLÍCIA
JUDICIÁRIA

ENAF | Estratégia Nacional Antifraude

O TT | Objetivos e formato do seminário

Ana Carla Almeida | 16 de maio de 2025



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



POLÍCIA
JUDICIÁRIA

Génese e Objetivos



01

TT foi constituído por despacho da PGR de 28.08.2020, para funcionar por 2 anos; foi prorrogado o seu funcionamento em 09.06.2022 e em 30.7.2024, por igual período, para dar continuidade à sua missão.

02

O TT visa mitigar enviesamentos na utilização dos recursos financeiros da UE, identificando contributos resultantes de abordagens preventivas e reativas ao fenómeno da fraude neste contexto

03

O TT pretende que os seus contributos causem impactos positivos de mudança

Composição



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS
Integridade. Independência. Competência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

iscte INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Banco Português
de Fomento



Revisora Oficial de
Contas | Cristina Doutor



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA



IFAP
Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Especialista na área
económico-financeira
Margarida Mós



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Natureza e Funcionamento

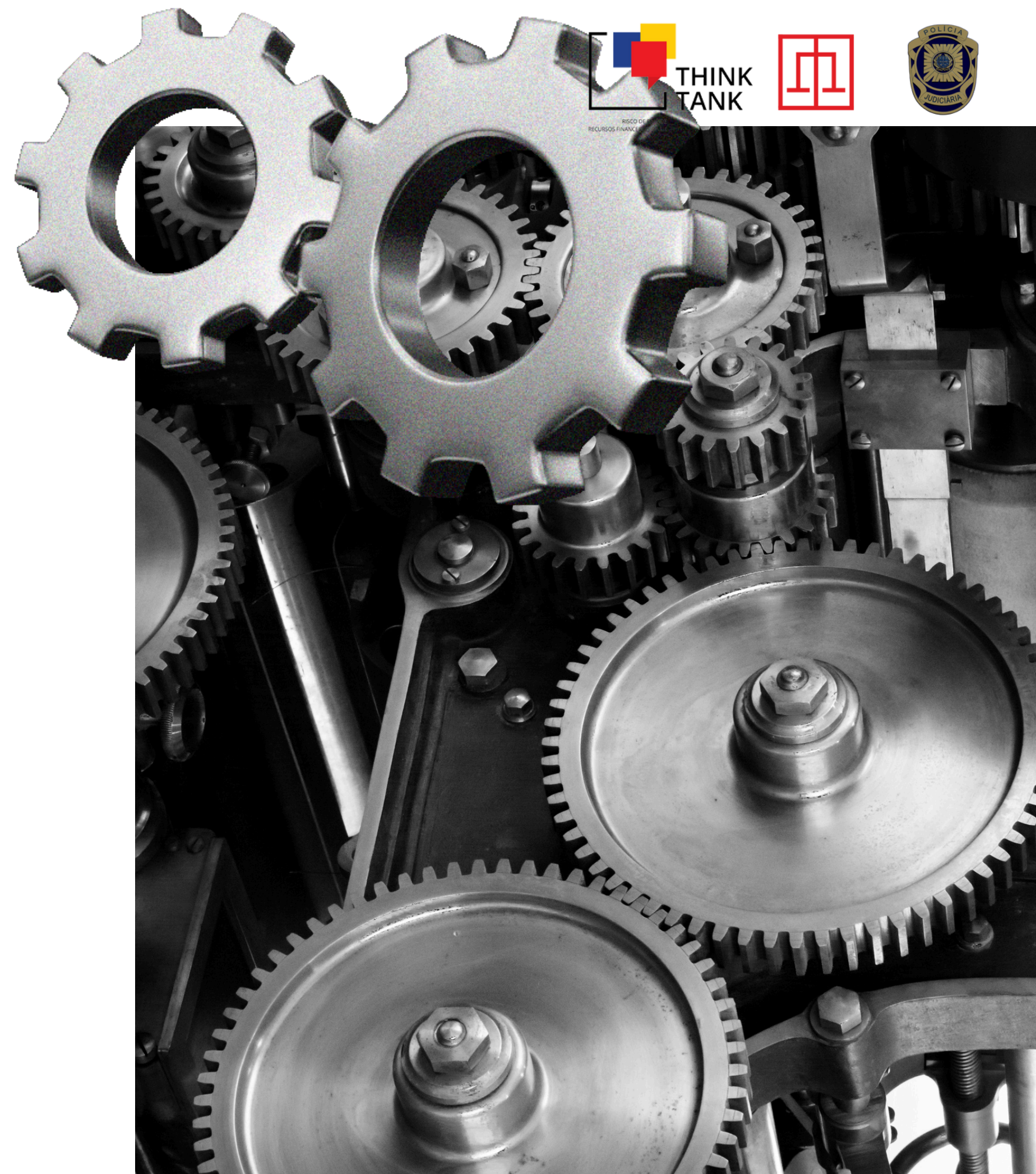
Espaço livre, independente e diverso de reflexão e partilha de conhecimento e experiência

Abordagem multidisciplinar e perspectiva holística

Não é uma entidade de controlo, nem tem carácter deliberativo

Formaliza recomendações / preocupações, como propostas de mudanças positivas nas entidades

Reuniões plenárias, bimensais, on-line e em subgrupos para aprofundar certos temas | Participação de especialistas





AD&C, IFAP e EMRP realizem uma avaliação externa e independente aos **processos de avaliação de candidaturas**, para assegurar a harmonização das grelhas de análise e evitar o uso de critérios de seleção genéricos. Reconhecido o esforço de transparência

O TT expressa preocupação com as **fragilidades do SCI**, destacando riscos de **conflito de interesses e duplo financiamento**, falhas nos procedimentos de tratamento de denúncias, como apontado no Relatório do MP na CAC do PRR. | **EMRP**

TT saúda as recomendações da CE no 35^a Relatório PIF, e manifesta **preocupação com discrepâncias no reporte de PT** quanto a ampla consulta na preparação da ENAF, justificar a baixa taxa de fraude com políticas de prevenção e não ter identificado fragilidades no reporte e acompanhamento de suspeitas de fraude. **Propõe à CE** diversificar as fontes de informação.

Principais Recomendações



Principais Recomendações

O TT solicitou que o **Tribunal de Contas** auditasse os sistemas de informação para gestão dos Fundos Europeus, **avaliando sua interoperabilidade**, obstáculos e soluções e plano de implementação.

A Portaria n.º 160-A/2024/1 e as alterações que introduz, levaram o TT a recomendar à **EMRP o reforço do controlo das operações apoiadas pelo PRR no âmbito do Aviso n.º 01/CO2 i01/2021**, que tenham sido aprovadas segundo o modelo regulado tal Portaria

Que a **CAC realize auditorias ao funcionamento do SCI do PRR**, pelo menos, uma vez por ano, para aferir que o mesmo proporciona de forma eficiente e eficaz a verificação da realização física e financeira das intervenções, que previne e deteta irregularidades e que permite a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas, assegura medidas de prevenção da duplicação de ajudas, de risco de conflito de interesses, de corrupção e de fraude.



Objetivos e formato deste seminário

O foco do TT na ENAF resultou de ter constatado em 25.05.2021 a inexistência de uma ENAF em PT, **apesar de ter sido comunicada à CE a sua existência**

A IGF invocou que a ENAF correspondia à Norma n.º 04/AD&C/2015, pelo que, no texto da ENAF, refere (...) *proceder à revisão e atualização da Estratégia Antifraude, elaborada pela IGF, em 2015, a qual foi divulgada conjuntamente com a Norma n.º 04/AD&C/2015 (...)*

Porém, o TCE, no RE 06-2019, referindo-se a 2018, atesta que **apenas 10 EM tinham aprovado uma ENAF e PT não estava nesse elenco**. Se tal Norma n.º 04/AD&C/2015 fosse a ENAF teria sido considerada pelo TCE. Trata-se de um instrumento de avaliação de riscos de fraude a utilizar pelas entidades de gestão e controlo dos fundos da política de coesão, no âmbito de ação da ADC

A ENAF foi tema de 14 reuniões do TT, 5 recomendações, de um subgrupo e formalizou contributos concretos.



Objetivos e formato deste seminário


Através do OLAF solicitou-se a colaboração de 3 EM para partilharem 2 desafios na elaboração da sua ENAF e respostas que tenham encontrado

Representantes da estrutura de governação dos FE, operadores judiciais, Transparência Internacional - PT, Observatório de Economia e Gestão de Fraude, TT e OLAF

Ausência da IGF e do PEPAC apesar de terem sido convidados

Especialistas distribuídos por 2 painéis | Cada um responde a uma pergunta, em 10m

Troca de ideias conjunta sobre os temas tratados em ambos os painéis



**Continuar a dar
contributos
positivos de
mudança também
na alteração da
ENAF**

**Muito Obrigada
Bom trabalho !**